

20 NOV 1989

# Em busca da estabilidade

As modificações propostas pelo Governo à lei orçamentária em trâmite no Congresso, com o propósito de adequá-la ao reajuste fiscal recentemente decretado, funcionarão, na prática, como mecanismos destinados a promover novas transferências de recursos do setor privado para o público. Nada menos de dois trilhões de cruzados, procedentes do aumento da carga fiscal, de cortes de subsídios ou de simples intensificação do processo arrecadador, robustecerão as receitas do Orçamento Geral da União referente ao próximo exercício.

Tal iniciativa não contempla uma finalidade em si mesma, mas objetiva retirar das contas oficiais os desequilíbrios responsáveis pela expansão do déficit público e de estímulos fiscais, como os subsídios, altamente onerosos ao patrimônio financeiro da União. Em síntese, pode-se dizer que busca atacar uma das causas estruturais da inflação, notoriamente localizada nos saques a descoberto, através de emissão de papel-moeda, ou de tomada de recursos às poupanças privadas para complementação das receitas.

Entre o elenco das medidas requeridas ao Legislativo, desponta como de maior força estabilizadora o corte de subsídios agregado ao fim da cobertura do Banco do Brasil ou do Banco Central para a realização antecipada de despesas. Pela primeira vez na experiência republicana, o Governo decide devolver aos preços a realidade de mercado, de modo a flutuarem segundo as pressões normais da demanda, ao invés de se manterem sobre falsa estabilidade e à custa de dispêndios pagos por toda a sociedade. Como se sabe, semelhante hipocrisia financeira sustentada pelo contribuinte responde, em parte significativa, pelos desajustes nas contas oficiais e estas pelo incremento inflacionário.

Segundo as retificações agora solicitadas ao Congresso, as receitas e despesas da União equivalem-se escrituralmente em 11,2 trilhões. Trata-se de uma tentativa de impedir, no exercício, operações financeiras que possam produzir algum déficit orçamentário e, nesse passo, obrigar o Governo a recorrer aos expedientes cediços da emissão ou do empréstimo para financiá-lo, numa

criação adicional de pressões funestas sobre o processo inflacionário. Como, porém, o Executivo não poderá, doravante, inventar receitas pelos meios aqui referidos sem audiência do Congresso, conforme determina a Constituição, há francas expectativas de que o Orçamento será cumprido dentro dos limites da receita escritural prevista.

A execução equilibrada da Lei de Meios é, sem dúvida, a operação técnica de maior potencial para desarmar os agentes de atuação decisiva no crescimento da inflação. Não é, todavia, a única, uma vez que a elevação anormal dos preços gerais da economia decorre também de outros fatores, entre os quais sobressaem a produção insuficiente de bens, serviços e alimentos, a perda de receitas fiscais por força da soneração e a especulação.

Para combater nessa frente, o Governo necessita conceder à máquina administrativa estatal os fatores de produtividade e modernização que a levem a uma atuação eficaz. Ao lado da entronização do Orçamento como verdadeira estratégia política nacional, por fazê-lo tecnicamente um programa de Governo, deve o Executivo proceder à reforma administrativa, tantas vezes anunciada e sempre adiada. A própria previsão de receita dificilmente concretizar-se-á na permanência de um aparelhamento estatal deficiente, tanto quanto aos recursos humanos empregados como em relação aos meios materiais ao alcance das unidades administrativas.

No que diz respeito especificamente à especulação, uma das causas mais ativas da alta dos preços, é indispensável ser combatida com a maior energia. Nenhum sistema de organização econômica, de planejamento central ou de livre concorrência, concede a menor tolerância aos especuladores, pela razão elementar de a expropriação de ativos pertencentes ao consumidor, através de aumentos exagerados e injustificados dos preços, constituir delito penal em qualquer parte do mundo. E, pois, extremamente estimulante que o Governo, por meio da proposta orçamentária, busque a estabilidade econômica. Mas é crucial cuidar dos aspectos colaterais da questão, sabido que a síndrome inflacionária é a grande desgraça do País.